CONTRATO Nº 1008012/2026

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0902002/2026

OBJETO CONTRATUAL
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) EM FORNECIMENTO SOB DEMANDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO-PERECÍVEIS), PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS/MA.

VALOR CONTRATUAL
R$ 286.568,00 (DUZENTOS E OITENTA E SEIS MIL QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: 10/08/2026
FINAL: 10/08/2027

DADOS DO CONTRATANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ Nº 01.616.269/0001-60
CONJUNTO HABITACIONAL S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, DAVINÓPOLIS, MARANHÃO
SRA. LORRANA DOS SANTOS REIS LIMA, CPF Nº 610.047.003-93
PORTARIA Nº 001/2025

DADOS DO CONTRATADO
THAMIPE LTDA - ME, CNPJ Nº 11.068.908/0001-53
AVENIDA TIRADENTES, QUADRA 512, CEP 65.905-573, IMPERATRIZ/MA
MICHAEL PÉRICLES BALTAZAR LIMA, CPF Nº 000.291.743-25 - REPRESENTANTE LEGAL
TELEFONE: (99) 99148-6170

FISCAL DO CONTRATO
VALCIRENE ARAÚJO SILVA

PREÂMBULO

Aos 10 de agosto de 2026, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DAVINÓPOLIS/MA**, inscrita no CNPJ nº 01.616.269/0001-60, com sede no Conjunto Habitacional s/n, Centro Administrativo, Davinópolis, Maranhão, neste ato representada pela Sra. **LORRANA DOS SANTOS REIS LIMA**, CPF nº

610.047.003-93, nomeada pela Portaria nº 001/2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **THAMIPE LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 11.068.908/0001-53, com endereço na Avenida Tiradentes, Quadra 512, CEP 65.905-573, Imperatriz/MA, telefone (99) 99148-6170, neste ato representada por **MICHAEL PÉRICLES BALTAZAR LIMA**, CPF nº 000.291.743-25, doravante denominada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM FORNECIMENTO SOB DEMANDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO-PERECÍVEIS), PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS/MA**, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de **R$ 286.568,00** (DUZENTOS E OITENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

Item	Produto / Descrição	Marca/ Fabricante	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	ACHOCOLATADO. PRODUTO EM PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA ACHOCOLATADA, CONTENDO AÇÚCAR, CACAU, EXTRATO DE MALTE, SAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, SORO DE LEITE EM PÓ E VITAMINAS A, B1, B2, B6, C, D3 E PP. DEVE APRESENTAR COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ESTAR LIVRE DE SUJIDADES E IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM 1 KG, ÍNTEGRA E ADEQUADA AO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	MARATÁ	500	EMB	R$ 12,56	R$ 6.280,00
3	ADOÇANTE. ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO CONTENDO 100 ML, PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO, ACONDICIONADO EM FRASCO ÍNTEGRO E VEDADO. DEVE APRESENTAR ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE IMPUREZAS E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	ADOCIL	500	UN	R$ 11,72	R$ 5.860,00

4	ALHO IN NATURA. ALHO "IN NATURA" DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPACTO, FIRME, UNIFORME E SEM LESÕES. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM CASCA INTEGRA E LISA, E TER COR, SABOR E AROMA CARACTERÍSTICOS.	IN NATURA	500	KG	R$ 32,20	R$ 16.100,00
5	AMIDO DE MILHO. AMIDO DE MILHO, PRODUZIDO À BASE DE MILHO, COM MATÉRIA PRIMA DE QUALIDADE, LIVRE DE CONTAMINAÇÃO ISENTO DE IMPUREZAS COMO GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS E /OU MATERIAIS ESTRANHOS, APRESENTANDO CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO PRODUTO. AS EMBALAGENS PRECISAM ESTAR INTACTAS, VEDADAS E CONTER RÓTULOS COM INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS COMO: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE E PESO LÍQUIDO. EMBALAGENS DE 200G.	MAISENA	700	EMB	R$ 11,00	R$ 7.700,00
8	AZEITE DE OLIVA. AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200 ML, COM ACIDEZ DENTRO DOS PADRÕES LEGAIS, ASPECTO LÍMPIDO, COR E AROMA CARACTERÍSTICOS. A EMBALAGEM DEVE ESTAR ÍNTEGRA E CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	ANDORINHA	250	EMB	R$ 13,73	R$ 3.432,50
9	AZEITONA COM CAROÇO. AZEITONA COM CAROÇO, EM CONSERVA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM 100 G. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DO PRODUTO, LIVRE DE IMPUREZAS, COM EMBALAGEM ÍNTEGRA E APROPRIADA AO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	CAMPO BELO	500	EMB	R$ 7,82	R$ 3.910,00
10	BATATA INGLESA: BATATA INGLESA IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, PADRÃO MÉDIO, FISIOLOGICAMENTE BEM DESENVOLVIDAS, UNIFORME, COMPACTA, BOA COLORAÇÃO, FIRME E ISENTA DE SUJIDADES. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. TRANSPORTADA DE FORMA ADEQUADA.	IN NATURA	600	KG	R$ 19,41	R$ 11.646,00

11	BATATA PALHA 500 G. BATATA PALHA CROCANTE, DE BOA QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM 500 G, ÍNTEGRA E VEDADA. DEVE APRESENTAR ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE UMIDADE E IMPUREZAS. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	YOKI	500	EMB	R$ 11,41	R$ 5.705,00
12	BETERRABA IN NATURA. BETERRABA IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PADRÃO MÉDIO, FISIOLOGICAMENTE BEM DESENVOLVIDAS, UNIFORME, COMPACTA, BOA COLORAÇÃO, FIRME E ISENTA DE SUJIDADES. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. TRANSPORTADA DE FORMA ADEQUADA.	IN NATURA	300	KG	R$ 9,39	R$ 2.817,00
15	BISCOITO DE POLVILHO TIPO PALITO. BISCOITO DE POLVILHO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE. COMPOSIÇÃO: OVOS, SAL, ÓLEO E ÁGUA. ISENTO DE MOFO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS E CORANTES ARTIFICIAIS, E ZERO GORDURA TRANS. EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTE RESISTENTES, PRÓPRIA DA MARCA. 90% DO PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS). NA EMBALAGEM, DEVERÁ CONTER NOME DO PRODUTO, E ROTULAGEM EM CONFORMIDADE, COM DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. FABRICADO NA SEMANA DA ENTREGA.	RANCHEIRO	500	PC	R$ 7,52	R$ 3.760,00
16	BISCOITO DOCE TIPO MARIA. BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 400 G, DE BOA QUALIDADE, CROCANTE, ISENTO DE MOFO, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ÍNTEGRA E ADEQUADA AO CONSUMO, COM PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	RANCHEIRO	1500	EMB	R$ 7,80	R$ 11.700,00

17	CACAU ALCALINO EM PÓ. CACAU EM PÓ SOLÚVEL, OBTIDO DE MISTURA DE 100% DE CACAU, ALCALINIZADO, SEM ADITIVOS QUÍMICOS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, LIVRE DE GORDURAS TRANS, COM ASPECTO DE PÓ FINO, COM ODOR E SABOR PRÓPRIOS. EMBALAGEM DE PAPELÃO PRÓPRIA DA MARCA QUE DEVE ESTAR INTACTA CONTENDO NO MÍNIMO 200G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E PESO. NA ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO COM PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	SELECTA	1000	EMB	R$ 34,15	R$ 34.150,00
19	CANELA EM PÓ. CANELA EM PÓ CONDIMENTO, TIPO: CANELA, APRESENTAÇÃO: PÓ. DESCRIÇÃO: ESPECIARIA EM PÓ; PRIMEIRA QUALIDADE; LIVRE DE IMPUREZAS OU OUTROS FATORES QUE A TORNEM IMPRÓPRIA PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRÓPRIA E ADEQUADA, ÍNTEGRA E ATÓXICA, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES ACERCA DE: PROCEDÊNCIA, MARCA, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 30G DO PRODUTO.	CASA DOS TEMPEROS	500	EMB	R$ 14,06	R$ 7.030,00
22	CARNE DE SOJA – 400 G. PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA, DE BOA QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM 400 G, ÍNTEGRA E APROPRIADA AO CONSUMO. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DO PRODUTO, LIVRE DE UMIDADE, IMPUREZAS E MATERIAIS ESTRANHOS. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	IN NATURA	500	EMB	R$ 14,84	R$ 7.420,00
23	CEBOLA. CEBOLA DE CABEÇA, AMARELA, DE PRIMEIRA, LISA, COM POLPA INTACTA E LIMPA, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES TÍPICOS DA VARIEDADE, SEM BROTOS, RACHADURAS OU BROTOS NA CASCA. NÃO APRESENTANDO ARDIDOS, BOLORES, MANHAS OU OUTRAS ALTERAÇÕES QUE COMPROMETAM SUA APARÊNCIA OU QUALIDADE.	IN NATURA	500	KG	R$ 6,87	R$ 3.435,00
24	CENOURA. CENOURA, TAMANHO MÉDIO, IN NATURA, INTACTA, LIMPA, SEM BROTOS, EMBALADO EM SACOS PARA VIAGEM, SEM UNIDADES ESTRAGADAS, AMASSADAS, QUE PROPORCIONEM DEFEITOS ENTRE AS DEMAIS, ODOR E COR CARACTERÍSTICOS. NÃO APRESENTANDO ARDIDOS, BOLORES, MANHAS OU ALTERAÇÕES QUE COMPROMETAM SUA APARÊNCIA OU QUALIDADE	IN NATURA	500	KG	R$ 7,55	R$ 3.775,00

25	CHÁ. CHÁ ALIMENTÍCIO EM SACHÊS, LIVRE DE PARASITAS, MOFO, ODORES ESTRANHOS E QUAISQUER SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 15 G, CONTENDO 15 SAQUINHOS. DEVE POSSUIR PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	MARATÁ	1000	CX	R$ 6,36	R$ 6.360,00
27	CHUCHU. CHUCHU IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, FISIOLOGICAMENTE BEM DESENVOLVIDAS; PADRÃO MÉDIO, UNIFORME, COMPACTA, FIRME E BOA COLORAÇÃO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	IN NATURA	300	KG	R$ 5,80	R$ 1.740,00
28	COCO RALADO. COCO RALADO SECO, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 100 G, ÍNTEGRO E APROPRIADO AO CONSUMO. DEVE APRESENTAR ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE IMPUREZAS, UMIDADE E ODORES ESTRANHOS. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	COPRA	250	PC	R$ 8,37	R$ 2.092,50
29	COLORÍFICO EM PÓ. CONDIMENTO EM PÓ, FINO E HOMOGÊNEO, OBTIDO A PARTIR DA SEMENTE DO URUCUM, APRESENTANDO COR VERMELHO-INTENSA, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS. PRODUTO DE BOA QUALIDADE, LIVRE DE IMPUREZAS OU MATERIAIS ESTRANHOS. EMBALADO EM PACOTE DE 1 KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE, ATÓXICA E DEVIDAMENTE LACRADA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NOME OU MARCA DO PRODUTO, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, CONFORME LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CASA DOS TEMPEROS	600	PC	R$ 13,65	R$ 8.190,00

40	FILÉ DE PEITO DE FRANGO. FILÉ DE PEITO DE FRANGO CONGELADO, NÃO TEMPERADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO. APRESENTANDO CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS NORMAIS. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA DE 1 KG, RESISTENTE E LACRADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM, COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	IN NATURA	1000	EMB	R$ 22,26	R$ 22.260,00
44	FRANGO (SOBRECOXA DE FRANGO) CONGELADO, SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO, CONGELADO, NÃO TEMPERADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) EMBALAGEM: BANDEJA DE POLIESTIRENO DE 01 KG ENVOLVIDA EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO LISO, ATÓXICO, NÃO VIOLADO, ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICRORGANISMOS. EMBALAGEM, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE, PRODUTO E MARCA/PROCEDÊNCIA NÚMERO DO REGISTRO DO REGISTRO DO SIF OU SIE OU SIM VALIDADE A VENCER DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	IN NATURA	500	KG	R$ 20,59	R$ 10.295,00
45	FRANGO COXAS CONGELADO, NÃO TEMPERADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) COM ADIÇÃO DE ÁGUA MÁXIMO, 6%, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, ACONDICIONADOS EM CAIXAS LACRADAS, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE VALIDADE, EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, LIMPO, UNIDADE DE 1 KG. EMBALAGEM, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE, PRODUTO E MARCA/PROCEDÊNCIA NÚMERO DO REGISTRO DO REGISTRO DO SIF OU SIE OU SIM VALIDADE A VENCER DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	IN NATURA	500	EMB	R$ 21,66	R$ 10.830,00
46	GELATINA EM PÓ – EMBALAGEM MÍNIMA DE 30 G. PREPARADO EM PÓ PARA SOBREMESA TIPO GELATINA, COM SABOR, COR, ODOR E CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DO PRODUTO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ÍNTEGRA E APROPRIADA AO CONSUMO, LIVRE DE UMIDADE E IMPUREZAS. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE,	APTI	300	EMB	R$ 6,11	R$ 1.833,00

	QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.					
47	KETCHUP – 200 G. MOLHO TIPO KETCHUP, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 200 G, ÍNTEGRA E VEDADA. DEVE APRESENTAR COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE IMPUREZAS E PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	ARISCO	200	EMB	R$ 7,94	R$ 1.588,00
53	MACÃ NACIONAL. MAÇÃ DE BOA QUALIDADE, PESANDO EM MÉDIA 100G, COM POLPAS FIRMES E INTACTAS, TAMANHO E COR UNIFORME NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. ISENTAS DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO, PARASITAS E LARVAS, SEM UMIDADE EXTERNA ANORMAL, COM SABOR E ODOR CARACTERÍSTICO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	IN NATURA	500	KG	R$ 15,82	R$ 7.910,00
63	PÃO DE TRIGO SOVADO: PÃO DE TRIGO SOVADO ELABORADO COM FARINHA DE TRIGO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, FERMENTO, ÁGUA E SAL. PODE CONTER GORDURA VEGETAL (NÃO HIDROGENADA E SEM GORDURA TRANS), COM VALOR NUTRICIONAL PARA PORÇÃO DE 100G DE APROXIMADAMENTE: 61,5G DE CARBOIDRATO, 8,4 A 9,8G DE PROTEÍNA E 1,5 A 2,8G DE LIPÍDIO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO, RESISTENTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, INFORMAÇÕES COMO NOME DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E LISTA DE INGREDIENTES, CONFORME EXIGIDO PELA LEGISLAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	IN NATURA	500	KG	R$ 29,03	R$ 14.515,00

64	PÃO DE FORMA. PÃO DE FORMA TRADICIONAL, FATIADO, MACIO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA E VEDADA DE 500 G. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DO PRODUTO, LIVRE DE MOFO, ODORES ESTRANHOS E IMPUREZAS. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	IN NATURA	500	EMB	R$ 11,02	R$ 5.510,00
65	PÃO DOCE. PÃO DOCE, CERCA DE 50 A 70G POR UNIDADE, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, FERMENTO, SAL E ÁGUA, PODENDO CONTER OUTROS INGREDIENTES COMO OVO, GORDURA VEGETAL E LEITE. O PRODUTO DEVE SER ISENTO DE IMPUREZAS, SUJEIRAS E BOLORES, TER SABOR, ODOR E COR PRÓPRIOS, ESTAR BEM COZIDO (SEM SER QUEIMADO OU MAL COZIDO) E TER UMA TEXTURA AGRADÁVEL. EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, COM MÁXIMO DE 20 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES COMO INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E DADOS DO FABRICANTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 1 DIA.	IN NATURA	500	KG	R$ 24,67	R$ 12.335,00
66	PÃO FRANCÊS INTEGRAL. PÃO FRANCÊS INTEGRAL, COM PESO APROXIMADO DE 50 G POR UNIDADE, FRESCO, MACIO, DE BOA APARÊNCIA, PRODUZIDO NO DIA DA ENTREGA, LIVRE DE SUJIDADES E ODORES ESTRANHOS. DEVE SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA AO TRANSPORTE E CONSUMO.	IN NATURA	500	KG	R$ 19,53	R$ 9.765,00
68	PIMENTA MOÍDA PREPARADA. PIMENTA MOÍDA PREPARADA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM 100 G, ÍNTEGRA E APROPRIADA AO CONSUMO. DEVE APRESENTAR AROMA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE UMIDADE, IMPUREZAS E MATERIAIS ESTRANHOS. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	IN NATURA	500	EMB	R$ 9,43	R$ 4.715,00

69	POLPA DE FRUTAS - SABOR CAJU. POLPA DE FRUTAS SELECIONADAS SABOR CAJU, ISENTAS DE CONTAMINAÇÃO. NÃO DEVE CONTER FRAGMENTOS DAS PARTES NÃO COMESTÍVEIS DA FRUTA, NEM SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO. EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, INGREDIENTES, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, REGISTRO OBRIGATÓRIO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA; DEVE CONTER VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES DA DATA DA ENTREGA. EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE PRÓPRIO DO FABRICANTE.	IN NATURA	500	KG	R$ 19,37	R$ 9.685,00
71	POLPA DE FRUTAS -SABOR ACEROLA- POLPA DE FRUTAS SELECIONADAS SABOR ACEROLA, ISENTAS DE CONTAMINAÇÃO. NÃO DEVE CONTER FRAGMENTOS DAS PARTES NÃO COMESTÍVEIS DA FRUTA, NEM SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO. EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, INGREDIENTES, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, REGISTRO OBRIGATÓRIO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA; DEVE CONTER VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES DA DATA DA ENTREGA. EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE PRÓPRIO DO FABRICANTE.	IN NATURA	500	KG	R$ 21,44	R$ 10.720,00
73	SAL REFINADO IODADO. SAL REFINADO IODADO, ISENTO DE IMPUREZAS ORGÂNICAS, AREIAS E FRAGMENTOS. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 1 KG, TRANSPARENTES, LIMPAS, ATÓXICAS, RESISTENTES E QUE NÃO ESTEJAM VIOLADAS OU DANIFICADAS. A EMBALAGEM DEVE CONTER ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, (NOME, FABRICANTE), LOTE, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E PESO LÍQUIDO	LEBRE	400	KG	R$ 9,67	R$ 3.868,00
74	TAPIOCA COMUM. TAPIOCA COMUM, NÃO UMEDECIDA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM 500 G, ÍNTEGRA E APROPRIADA AO CONSUMO. DEVE ESTAR LIVRE DE IMPUREZAS, UMIDADE EXCESSIVA E MATERIAIS ESTRANHOS, PRÓPRIA PARA CONSUMO HUMANO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	SINHÁ	500	EMB	R$ 10,37	R$ 5.185,00

75	VINAGRE DE ÁLCOOL. VINAGRE DE ÁLCOOL, COM A ACIDEZ MÍNIMA DE 4,0% – EMBALAGENS PET DE 500ML. DEVE SER UM LÍQUIDO LÍMPIDO, SEM DEPÓSITOS OU IMPUREZAS. FERMENTADO, ACÉTICO DE ÁLCOOL E ÁGUA. A EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE O NOME E O ENDEREÇO DO FABRICANTE, NOME DA MARCA DO PRODUTO, OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E TER VALIDADE.	MARATÁ	300	EMB	R$ 8,17	R$ 2.451,00
VALOR TOTAL: (DUZENTOS E OITENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS)						**R$ 286.568,00**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de **10/08/2026** e encerramento em **10/08/2027**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.
6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Davinópolis deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
02. PODER EXECUTIVO **0222 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** 08 122 2001 2061 0000 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO **0223 FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** 08 244 2004 2071 0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO 08 244 2004 2135 0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO 08 244 2004 2136 0000 – GESTÃO DO CAD. ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO 08 244 2004 2142 0000 – EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", “c” e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Edital e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.
17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Davinópolis – MA, 10 de agosto de 2026

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE	**PELA CONTRATADA**
LORRANA DOS SANTOS REIS LIMA	**MICHAEL PÉRICLES BALTAZAR LIMA**
CPF Nº 610.047.003-93	REPRESENTANTE LEGAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CPF Nº 000.291.743-25
PORTARIA Nº 001/2025	THAMIPE LTDA - ME
	CNPJ Nº 11.068.908/0001-53